



CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA
CNPJ Nº: 05.564.711/0001-02
“LEGISLANDO POR SÃO MIGUEL DO GUAMÁ”

PARECER JURÍDICO nº 15/2023/CMSMG – DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2023-00006. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. DECRETO Nº 11.317, DE 2022. FORNECIMENTO DE AGUA, REFRIGERANTE E GELO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. LEGALIDADE.

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA

1. RELATÓRIO

Foi encaminhado pela Pregoeira da Câmara Municipal desta municipalidade, para esta Assessoria jurídica proceder a análise do processo administrativo nº 07/2023-00006, com a finalidade de garantir a observância das formalidades legais.

Trata-se de parecer jurídico que visa analisar a possibilidade jurídica e legalidade na dispensa de licitação para a contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, refrigerante e gelo, para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá/PA.

É o relatório, passa-se ao parecer opinativo.

2. DO PARECER

Ad initio, importa asseverar que compete a esta assessoria prestar consultoria sob prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspecto relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que são reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, muito menos examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, ressalvadas as hipóteses teratológicas.

Os limites supramencionados em relação a atividade desta Assessoria Jurídica se fundamentam em razão do princípio da deferência técnico-administrativa. Outrossim, as manifestações desta Assessoria são de natureza opinativa e, desta forma,



CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA
CNPJ Nº: 05.564.711/0001-02
“LEGISLANDO POR SÃO MIGUEL DO GUAMÁ”

não vinculantes para o gestor público, podendo este adotar orientação diversa daquela emanada do parecer jurídico

2.1 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. COMPRA DE PRODUTO

Importar esclarecer de início que, como regra, a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço encontra-se obrigada a realizar previamente processo de licitação, conforme previsto respectivamente no art. 37, inciso XXI da CF/88. Veja-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos, quais sejam: a) estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; b) proposta mais vantajosa para o Poder Público.

Todavia, existem situações em que o gestor público, embora podendo realizar o processo de licitação, e desde que preenchido os requisitos legais, poderá dispensar a realização do certame, como bem previsto no Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

No caso em tela, o processo administrativo visa a aquisição de água mineral, refrigerante e gelo, para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá/PA. A esse respeito, o Art. 75, II, da lei acima mencionado, com valores devidamente atualizado pelo Decreto nº 11.317/2022¹, dispõe o que segue:

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11317.htm#art1



CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA
CNPJ Nº: 05.564.711/0001-02
“LEGISLANDO POR SÃO MIGUEL DO GUAMÁ”

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), no caso de outros serviços e compras; (Grifo nosso)

Dessa forma, considerando a contratação da aquisição e do serviço na importância de **R\$ 53.890,00 (cinquenta e três mil, oitocentos e noventa reais)**, o processo administrativo nº 07/2023-00006, mostra-se em conformidade com o dispositivo legal licitatório.

Destaca-se, dentre a legalidade manifestada, o fato jurídico de que a compra se refere de água mineral, refrigerante e gelo, que de notório saber comum, deve ser realizado sempre que necessário, principalmente, na ocorrência de sessão ordinária e/ou extraordinárias e eventos em geral, assim, atendendo os interesses da desta e da população em geral.

3. CONCLUSÃO

Ex postis, com base na documentação constante do processo administrativo nº 07/2023-00006 e de acordo com o Art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, **OPINASSE PELA LEGALIDADE E POSSIBILIDADE** jurídica da contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, refrigerante e gelo, para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá/PA, em tudo observado as formalidades de cautela e estilo.

S.M.J., é o parecer.

São Miguel do Guamá/PA, 20 de julho de 2023.

PEDRO ARTHUR MENDES
OAB/PA nº 23.639
ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA